



destaques do mês

Custo da energia deve cair com a renovação das concessões de usinas

O Governo pela primeira vez qualifica o processo pelo qual reduzirá o preço da energia elétrica como parte da solução do impasse em torno do fim do período de concessão de ativos das companhias estatais de energia, como Cesp e Cemig, que vencem a partir de 2015. Márcio Zimmermann, Secretário-Executivo de Minas e Energia (MME), afirma que o caminho deverá ser feito por meio da redução da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (Tust), que é um dos encargos que incidem na conta de luz do consumidor. Esse modelo se aproxima do que é defendido pela Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage). A instituição quer prorrogar as outorgas de concessões do setor aplicando um ônus a ser recolhido das receitas líquidas de venda da energia das usinas. Esse valor destinado aos cofres públicos financiará a diminuição do imposto para o consumidor. Para o Presidente da Abrage, Flávio Neiva, o processo poderia servir também para abater outros encargos como a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (Tusd) e o Encargo de Serviços do Sistema (ESS). Cálculos da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) mostram que, para o consumidor, a redução seria entre R\$ 15 e R\$ 20/ MWh na conta de luz. (25.07.2011 – Brasil Econômico)

Elétricas investirão R\$ 11 bi anuais até a Copa do Mundo

O Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Fonseca Leite, informou que as distribuidoras de energia entregaram recentemente ao Governo a previsão de investimento de R\$ 11 bilhões por ano até 2014. Segundo o Presidente da instituição, a estimativa considera a projeção de crescimento do PIB de 5% ao ano. Leite afirmou que os investimentos previstos para 2011 já começaram. A projeção de investimento para os próximos anos foi solicitada pelo grupo de trabalho criado pelo Governo Federal que avalia, junto com as empresas e os órgãos de regulação, os requisitos para assegurar o fornecimento de energia durante a Copa de 2014. O Presidente da instituição ressaltou que nos últimos quatro anos o setor de distribuição investiu a média anual de R\$ 8 bilhões. Explicou que os reforços nas redes das concessionárias são programados com antecedência, eis que são investimentos de longo prazo. (28.07.2011 – Valor Econômico)

painel

■ Primeiro aeroporto a ser concedido pelo Governo tem leilão adiado

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) decidiu adiar, para o dia 22 de agosto, o leilão do aeroporto de São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte, o primeiro aeroporto brasileiro a ser concedido pelo Governo à iniciativa privada. A decisão foi tomada devido a dúvidas apresentadas à Anac por grupos interessados no negócio. O leilão estava marcado para 19 de julho. (07.07.2011 – G1)

■ Nova licitação para o trem-bala será feita em duas etapas

O Governo decidiu que a nova licitação para o trem-bala vai ser feita em duas etapas. Na primeira, será contratada a empresa que vai fornecer a tecnologia e que vai operar o veículo. Na segunda, será contratada a infraestrutura do projeto. Mais informações nos sites: www.antt.gov.br www.tavbrasil.gov.br

Segmento de gás e energia da Petrobras receberá US\$ 13,2 bilhões

O segmento de gás e energia da Petrobras receberá US\$ 13,2 bilhões no Plano de Negócios 2011-2015, o que representa cerca de 6% dos US\$ 224,7 bilhões previstos para serem investidos no período. De acordo com a Empresa, com a conclusão de um primeiro ciclo de investimentos visando a consolidação da infraestrutura de transporte do gás, os recursos deste plano serão direcionados para assegurar mercado ao gás associado à produção de petróleo. A maior parte dos investimentos do setor, aproximadamente US\$ 9 bilhões, visa atender ao mercado consumidor incluindo ampliação das térmicas a gás e das plantas de transformação do gás natural em fertilizantes. Do total a ser investido no período, de acordo com a Petrobras, a maior concentração de recursos será no segmento de exploração e produção, cuja participação no total dos investimentos será de 57%. O Plano de Negócios prevê a aplicação de 95% dos investimentos - US\$ 213,5 bilhões - nas atividades desenvolvidas no Brasil e 5% - US\$ 11,2 bilhões - nas atividades no exterior, contemplando o total de 688 projetos. Especificamente para o ano de 2011, a Companhia está ajustando seu orçamento de investimento de R\$ 93 bilhões para R\$ 84,7 bilhões. (26.07.2011 – CanalEnergia)

ANTT prevê maior eficiência de ferrovias com novas regras

O novo marco regulatório do setor ferroviário, que entrou em vigor no dia 20 de julho, é uma das principais medidas do Governo para reduzir o custo e garantir maior eficiência do transporte de carga no País. As mudanças formuladas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) estabelecem novos compromissos para as concessionárias que exploram atualmente as malhas ferroviárias. Essas companhias contarão com metas de utilização para cada trecho concedido e o direito de passagem - obrigação que garante à concessionária o uso dos trilhos de outras companhias. As medidas causarão impacto maior sobre as concessionárias a partir do próximo ano, quando entrarão em vigor as novas metas e o novo regime tarifário, definido de acordo com os produtos transportados e a malha utilizada. O diretor-geral da ANTT, Bernardo Figueiredo, afirmou que a definição do preço-teto será concluída pelo órgão no prazo máximo de 120 dias. (21.07.2011 – Valor Econômico)

■ Aneel aprova edital para contratação de geração de energia

A Agência aprovou no dia 18 de julho o edital do leilão para contratação de energia gerada por novas usinas hidrelétricas, eólicas e termelétricas a biomassa ou a gás natural. O leilão ocorrerá no dia 17 de agosto. Os novos empreendimentos devem começar a gerar energia a partir de 1º de março de 2014.

Mais informações no site: www.aneel.gov.br

■ Anatel anuncia edital para quatro posições orbitais

A Anatel anunciou a licitação de posições orbitais de satélite brasileiro para o dia 23 de agosto. Serão licitadas quatro posições orbitais, entre doze possíveis. Mais informações no site: www.anatel.gov.br

Alcoa faz alerta sobre custo alto de energia

Klaus Kleinfeld, principal Executivo da Alcoa, maior fabricante mundial de alumínio, em passagem por Brasília no mês de julho, deixou uma mensagem contundente ao Governo brasileiro: cumpre remover barreiras que travam novos investimentos na indústria de alumínio. O custo elevado da energia é apontado como a principal barreira. A mudança no código de mineração, que pode levar a aumento na taxa de royalty sobre a extração de bauxita, a matéria-prima básica, é outro ponto crítico. O Executivo afirmou também que a tarifa de energia cobrada no Brasil para indústrias e empresas eletro-intensivas não possibilita a competitividade na produção de alumínio. Esse assunto foi um dos temas que tratou com dois ministros brasileiros - Fernando Pimentel, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e Edison Lobão, de Minas e Energia, além de um representante do Itamaraty. Atualmente, a energia tem peso crucial na produção de alumínio: responde por 25% a 35% do custo. No Brasil, o custo tem ficado acima desses percentuais, o que já forçou o fechamento de duas fundições do metal: uma em 2009, pela Vale, e outra pela Novelis, em dezembro de 2010. (15.07.2011 – Valor Econômico)

Ibama suspende licença ambiental da ferrovia Oeste-Leste na Bahia

O Ibama suspendeu no dia 18 de julho a licença ambiental da ferrovia Oeste-Leste, uma das prioridades do PAC. De acordo com o órgão ambiental federal, a Valec, empresa estatal do setor de ferrovias que responde pela obra, não cumpriu condições socioambientais previstas na licença de instalação, concedida em novembro passado. Os quatro trechos que tiveram licença suspensa, orçados em R\$ 2,5 bilhões, estão entre Caetitê e Ilhéus (BA). No total, a Oeste-Leste, que irá até Figueirópolis (TO), deverá consumir R\$ 7,4 bilhões. O Ibama não detalhou o que não foi cumprido. A Valec informou que apresentará documentos com as medidas adotadas até o momento. (20.07.2011 – Folha de São Paulo)

Leilão de aeroportos ocorrerá até 22 de dezembro

O Ministro da Secretaria de Aviação Civil, Wagner Bittencourt, informou que o leilão de concessão dos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília vai ocorrer até o dia 22 de dezembro. Bittencourt afirmou também que a expectativa do Governo é que a administração dos três aeroportos seja entregue às concessionárias até fevereiro de 2012. A Infraero vai ser parceira das empresas vencedoras do leilão com participação máxima de 49% na administração dos aeroportos. O Governo prevê que o investimento das concessionárias em melhorias nos três aeroportos chegue a R\$ 2,6 bilhões até 2014. O edital do leilão deve ser divulgado até 7 de novembro. (G1- 29.07.2011)

Legislação emperra investimentos de R\$6 bilhões em portos

Nos termos da atual regra (Decreto 6.620), investidores que pretendam construir terminais portuários de uso privativo têm de comprovar que o empreendimento vai movimentar carga própria e não carga de terceiros. A partir da publicação da regra, grande parte de projetos foram paralisados. Mas esse não é o único problema que aflige aos investidores. O Governo e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) decidiram alterar algumas medidas e regras, que estão represando um investimento de R\$ 6 bilhões, afirma o presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Wilen Manteli. Na alteração, existe uma taxa pelo uso do espelho d'água em portos, marinas, estaleiros e plataformas. A medida, prevista na Portaria 24 vai na contramão das reivindicações de redução da carga tributária como também diminui a competitividade do produto nacional, uma vez que aumenta o custo do frete. Outro ajuste que incomoda os investidores é a exigência do Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE), nos moldes da Resolução nº 1.642, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). Na resolução da Agência, um terminal que faça hoje um pedido para ampliação de área ou reforma e melhoria do complexo precisa apresentar o mesmo estudo de viabilidade econômica que um novo arrendatário ou novo investidor. (18.07.2011 – O Estado de São Paulo)

Governo terá 10% do capital do trem-bala

O Governo Federal mantém a estratégia de ser acionista minoritário do trem de alta velocidade (TAV) Rio-São Paulo com a participação de aproximadamente 10% do capital de cada consórcio, por meio da empresa Etav, estatal vinculada ao Ministério dos Transportes. No grupo operador do trem-bala, no qual a Etav patrocinará o projeto executivo com R\$ 540 milhões vindos dos cofres públicos, a estimativa da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) é de que sejam necessários cerca de R\$ 5 bilhões de capital. A Etav também representará aproximadamente um décimo da sociedade do consórcio construtor, assumindo custos socioambientais e de desapropriação, estimados em R\$ 3 bilhões. O TAV, que já foi uma ambição para a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016, não tem prazo para conclusão. O leilão para seleção do consórcio operador será realizado no primeiro semestre de 2012, após passar por uma seqüência de audiências públicas e inspeções dos órgãos de controle. Só quando estiver fechado o consórcio operador é que terá início o desenvolvimento do projeto executivo do TAV. O edital do consórcio construtor deverá ocorrer somente em meados de 2013. Como a obra deve ser entregue em no máximo seis anos, de acordo com o edital antigo, o trem-bala tende a ser concluído perto de 2020. (01.08.2011 – Valor Econômico)

1. Energia Elétrica

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (MW)

de 15 de Junho de 2011 até 31 de dezembro de 2015

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2011	2012	2013	2014	2015	Σ
Conservador	1.019	3.750	2.208	589	963	8.529
Otimista	1.280	3.750	2.238	1.167	1.396	9.831

Usinas Termelétricas (UTE)						
Cenário	2011	2012	2013	2014	2015	Σ
Conservador	2.713	551	360	0	1.350	4.974
Otimista	2.809	1.412	5.663	0	1.400	11.284

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2011	2012	2013	2014	2015	Σ
Conservador	2.226	929	120	27	0	3.303
Otimista	2.998	3.436	1.321	133	173	8.062

Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2011	2012	2013	2014	2015	Σ
Conservador	5.959	5.230	2.688	617	2.313	16.806
Otimista	7.087	8.598	9.222	1.300	2.969	29.176

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

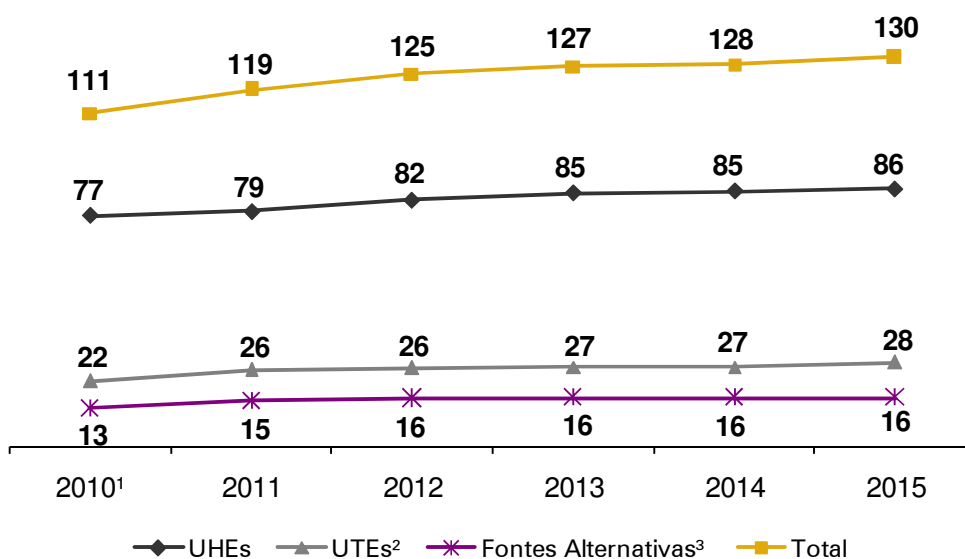
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.

Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, o aumento de 1,8% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2015.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 29,2 mil MW no período 2011-2015. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 3,5% ao ano.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

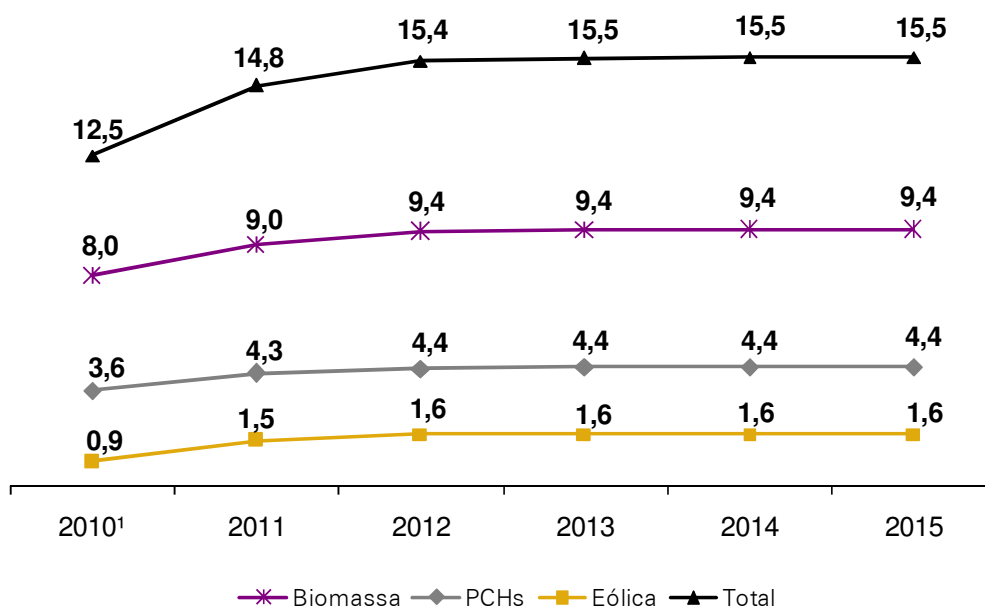
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2010.

² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

* Exclui Centrais Nucleares.

Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

¹ Capacidade Instalada em 31/12/2010.

Entre janeiro de 2011 e 2015, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 11,6% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 28,4% no mesmo período.

Em janeiro de 2011, as UHEs representavam 69% da capacidade total instalada e em 2015 deverão representar 66%. A participação na capacidade total instalada das UTES deve aumentar de 20% para 21%.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve manter-se em 7% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve reduzir para 3% em 2015.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2015, deve ser de 2%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2011, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 7,2% e 3,8%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

Das UHEs com previsão para entrar em operação até 2015, seis apresentam restrições para a contratação de 1.302 MW: Belo Monte (PA), Colider (MT), Dardanelos (MT), Garibaldi (SC), Salto Curucaca (PR) e Santo Antônio (AP/PA). No cenário conservador, 8,5 mil MW devem entrar em operação até 2015.

A UHE de Jirau tem previsão para entrar em operação, tanto no cenário otimista quanto no conservador, a partir do ano de 2012 (primeira máquina em outubro).

A UHE de Santo Antônio (RO) tampouco apresenta restrições e, de acordo com o Relatório da Aneel, a entrada em operação foi antecipada para 2011, com os primeiros 70 MW.

Em relação às termelétricas, apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação no cenário otimista, de 11,3 mil MW até 2015, apenas 5 mil MW (44%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 748 MW de potência adicional até 2014. Desse total, 98 MW (13%) correspondem à potência de seis usinas integrantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). Já no cenário otimista, até 2014, devem entrar em operação 1,4 mil MW, sendo 120 MW (8%) equivalentes às usinas do PROINFA.

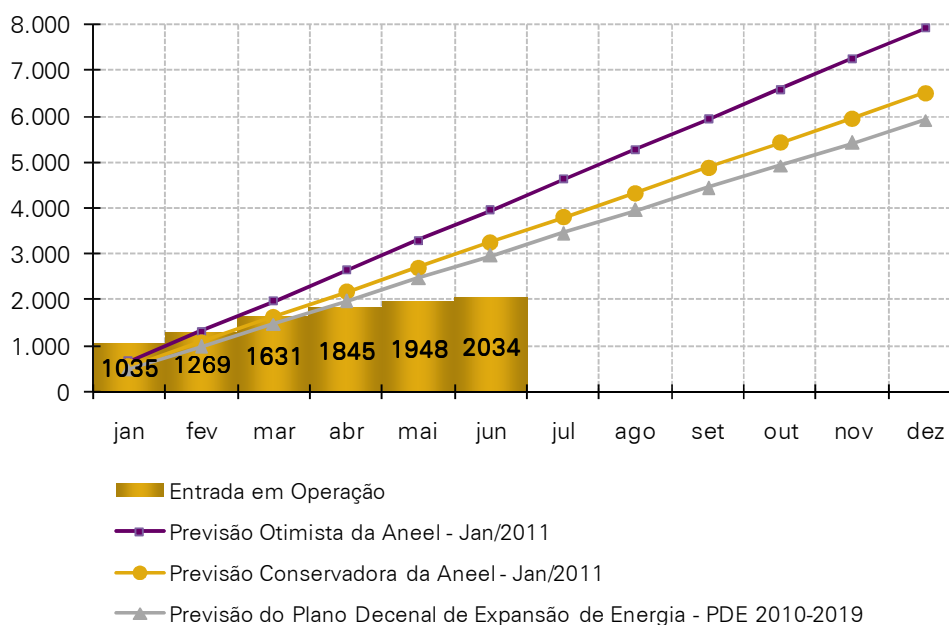
As usinas à biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 1,6 mil MW até 2014. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 3 mil MW até 2015. As seis usinas à biomassa integrantes do PROINFA não têm previsão para entrada em operação.

No cenário conservador, as usinas eólicas devem acrescentar 967 MW até 2012, sendo 327 MW (34%) referentes às usinas pertencentes ao PROINFA. Na previsão otimista, espera-se um incremento de 3,6 mil MW até 2013. Destas, 462 MW (13%) são integrantes do PROINFA.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

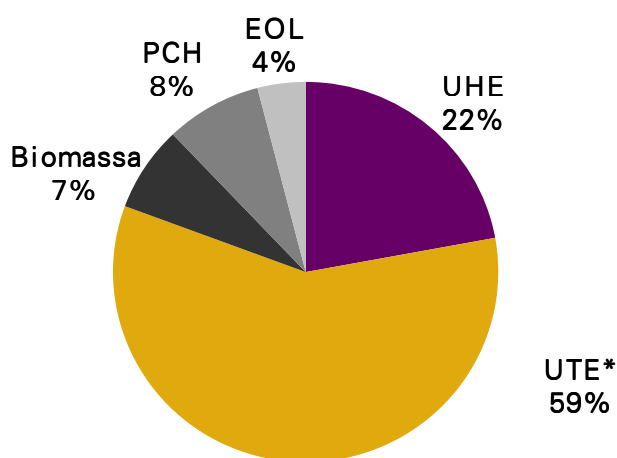
Expansão da Capacidade de Geração em 2011 (MW)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2011, até 15 de junho, entraram em operação 2.034 MW. Desse total, as UTEs representaram 59% da potência total instalada. As UHEs representaram 22% da potência total instalada, no período, com a entrada em operação de 450 MW. As PCHs e UTEs à biomassa representaram cada uma, respectivamente, 8% e 7% da capacidade instalada no período. Já as EOLs representam 4% da potência instalada.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de junho de 2011



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em maio de 2011, 35.221 GWh, apresentando crescimento de 3% em relação a maio de 2010. No acumulado do ano, o crescimento foi de 4%.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Maio 2010	Maio 2011	Var. %	Jan-Mai 2010	Jan-Mai 2011	Var. %
Residencial	8.709	9.141	5	45.181	47.138	4
Industrial	15.025	15.168	1	72.903	75.024	3
Comercial	5.658	5.998	6	29.541	31.262	6
Outras	4.885	4.914	1	24.441	24.955	2
Total	34.277	35.221	3	172.066	178.379	4

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

Em 2011, até maio, o consumo pelo setor industrial foi 3% superior ao apresentado em 2010. A região Nordeste foi a única do País a obter resultado negativo no consumo industrial de energia no acumulado do ano (-4%).

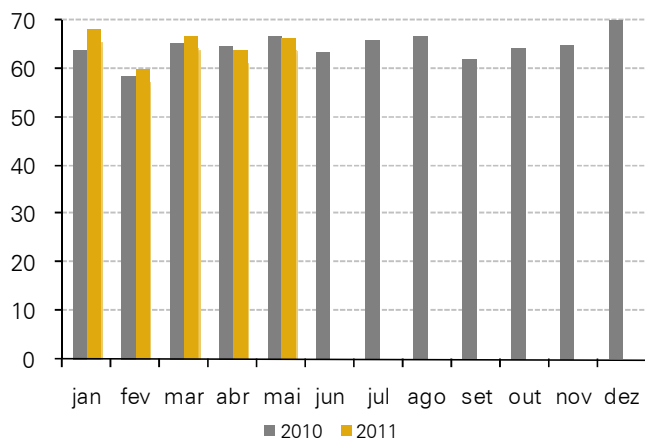
2. Petróleo

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo no mês de maio de 2011 foi de 66 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume semelhante ao produzido no mesmo mês do ano anterior. O crescimento da produção de petróleo no acumulado do ano foi de 2% em comparação a 2010.

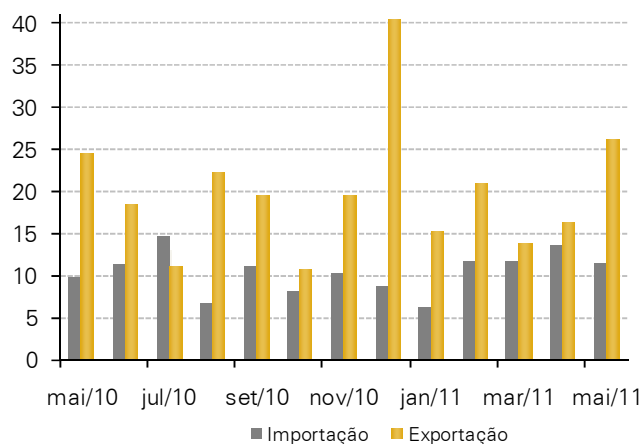
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em maio de 2011, foi de 60 milhões bep. Esse volume foi 12% superior ao observado em maio de 2010. No acumulado do ano, o crescimento foi de 8%.

**Produção Nacional de Petróleo
(milhões bep)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Importação vs. Exportação de Petróleo
(milhões bep)**

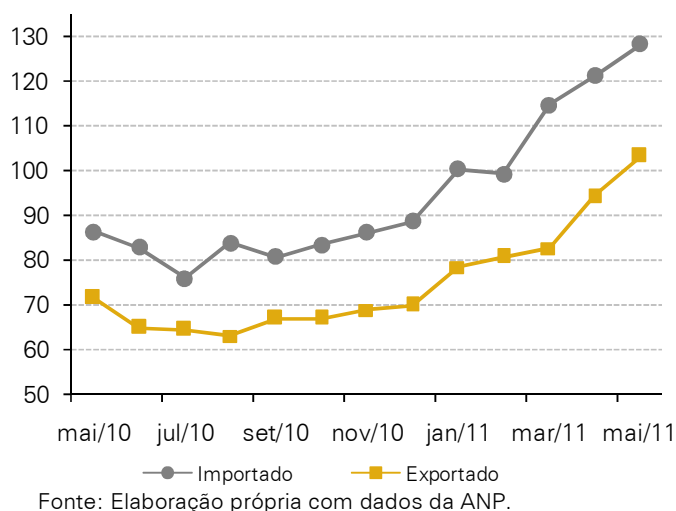


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

O volume de petróleo exportado pelo País, em maio de 2011, foi de 26 milhões bep, valor 7% superior ao exportado em maio de 2010. No acumulado do ano, esse volume foi 9% menor em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O preço médio do petróleo importado pelo País, em maio de 2011, foi de US\$ 127,95/barril, valor 49% superior ao observado em maio de 2010.

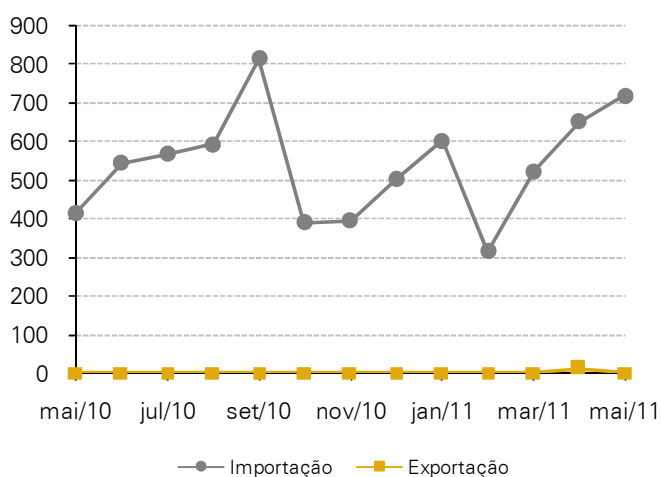
Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)



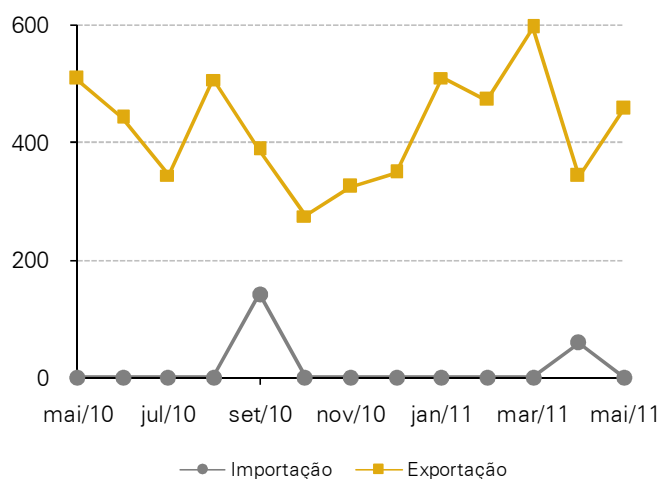
2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

Em maio de 2011, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 59 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m³), valor 10% superior ao produzido em maio de 2010. Até maio de 2011, a produção apresentou aumento de 8% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Importação e Exportação de Nafta (mil m³)



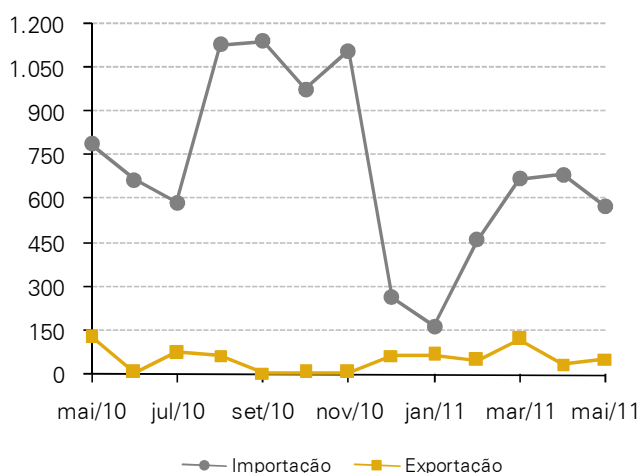
Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m³)



A importação de derivados de petróleo, em maio de 2011, foi de 13 milhões bep, valor 6% superior ao registrado em maio do ano anterior. Até maio, o volume de derivados importado foi 5% inferior ao observado no mesmo período do ano anterior.

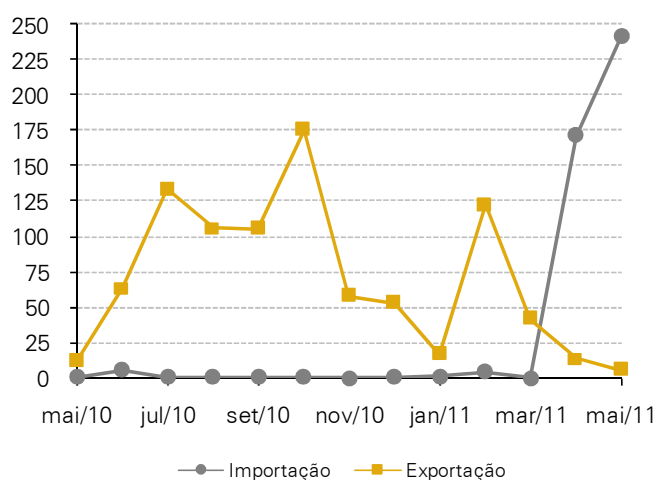
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em maio de 2011, foi constatado um total de 8 milhões bep, o que representa um volume 6% inferior ao mesmo mês de 2010. No acumulado do ano, esse volume foi 3% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior.

Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa (ANP)

Em maio de 2011, o Brasil registrou uma dependência externa negativa de 15% na balança comercial de petróleo e derivados. No acumulado do ano, a dependência externa foi negativa, no valor de 6%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	mai/2010	jan-mai/2010	mai/2011	jan-mai/2011
Produção de Petróleo (a)	67	319	66	325
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-15	-49	-15	-38
Imp. Líq. de Derivados (c)	4	23	6	19
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	56	293	58	306
Dependência Externa (e)=(d-a)	-10	-26	-9	-19
Dependência Externa (%) (e)/(d)	-18	-9	-15	-6

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em maio de 2011, apresentou saldo positivo de US\$ FOB 479 milhões. Ou seja, o Brasil exportou US\$ FOB 479 milhões a mais do que importou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido positivo em US\$ FOB 519 milhões.

No acumulado do ano a balança apresentou saldo negativo de US\$ FOB 186 milhões.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	mai/10	jan-mai/2010	mai/11	jan-mai/2011
Petróleo				
Receita com exportação (a)	1.744	6.830	2.682	8.228
Dispêndio com importação (b)	849	4.262	1.460	6.208
Balança Comercial (c)=(a-b)	895	2.567	1.222	2.020
Derivados				
Receita com exportação (d)	639	2.895	891	3.908
Dispêndio com importação (e)	1.015	5.066	1.633	6.114
Balança Comercial (f)=(d-e)	-377	-2.171	-742	-2.206
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	2.382	9.724	3.573	12.136
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	1.864	9.328	3.093	12.322
Balança Total (i)=(g)-(h)	519	396	479	-186

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

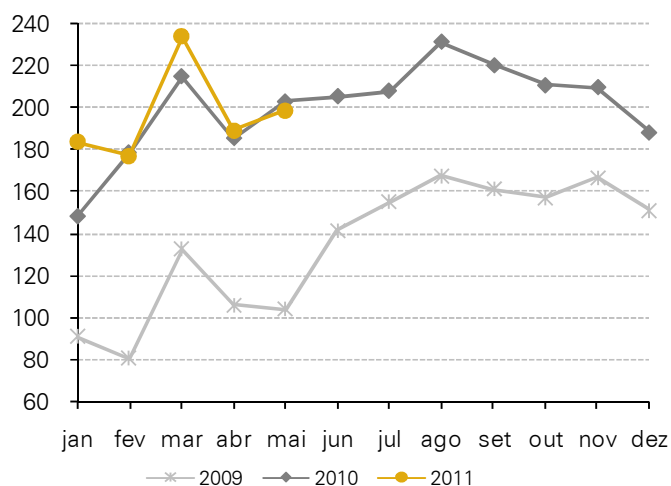
3. Biocombustíveis

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em maio de 2011, foi de 198 mil m³, montante 2% inferior ao produzido em maio de 2010. No acumulado do ano, a produção foi 6% superior.

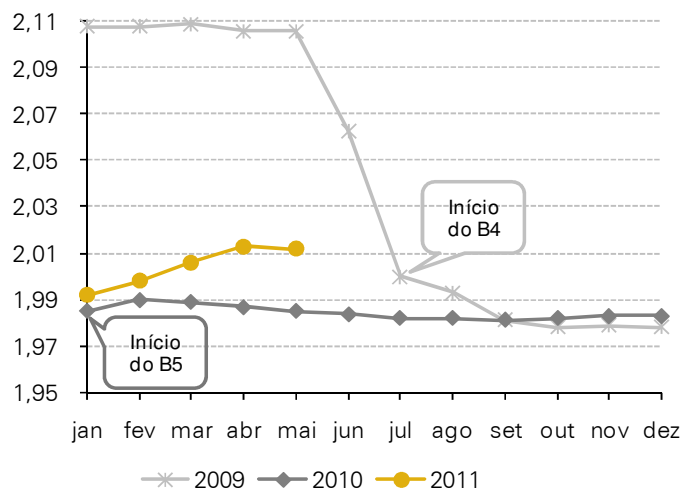
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em abril de 2011, foi de R\$ 2,01/ ℓ, valor 1,4% superior observado em abril de 2010.

Produção de Biodiesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Diesel B5 (R\$/ℓ)*



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

*B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2010/2011 produziu, até o dia 1º de maio de 2011, 27.600 mil m³ de álcool, sendo 19.574 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (71%). Em relação ao mesmo período da safra 2009/2010, houve um aumento de 4%.

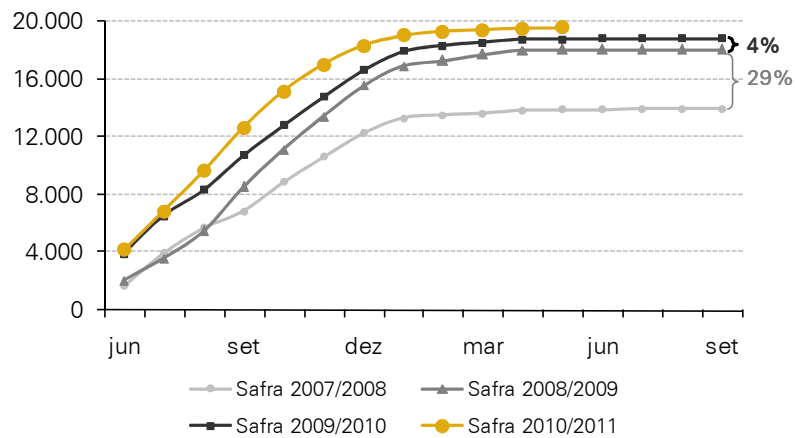
A produção total de álcool foi 7% superior em relação à safra anterior, puxada pelo aumento da produção do álcool anidro e hidratado.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2009/2010 (até 1º de maio de 2010)	Safra 2010/2011 (até 1º de maio de 2011)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	6.938	8.026	16
Álcool Hidratado (mil m ³)	18.797	19.574	4
Total Álcool (mil m³)	25.735	27.600	7
Açúcar (mil ton)	33.009	38.174	16

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



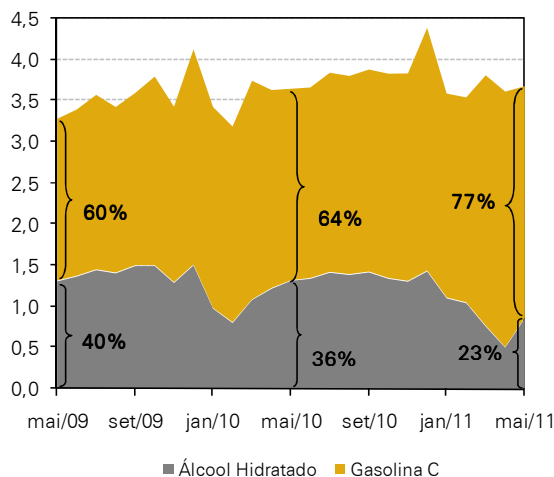
Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

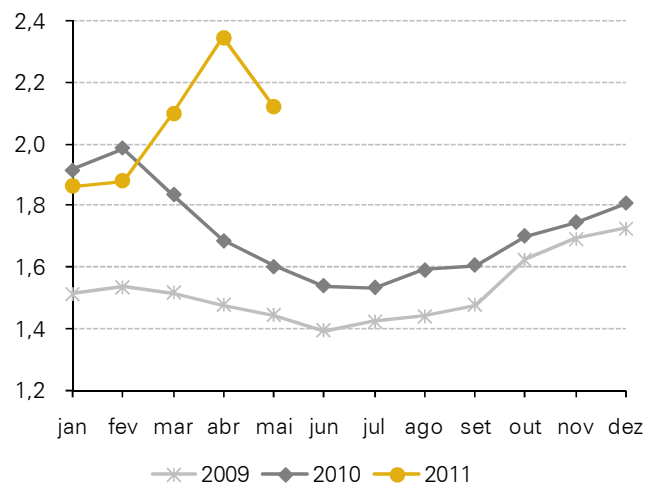
As vendas de álcool etílico hidratado foram de 861 mil m³ em maio de 2011. Esse número representa uma diminuição de 35% em relação a maio de 2010. No acumulado do ano, as vendas foram 21% inferiores às ocorridas no mesmo período do ano anterior.

Em maio de 2011, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,12/ℓ, valor 32% superior ao registrado em maio de 2010.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹ (milhão m³)



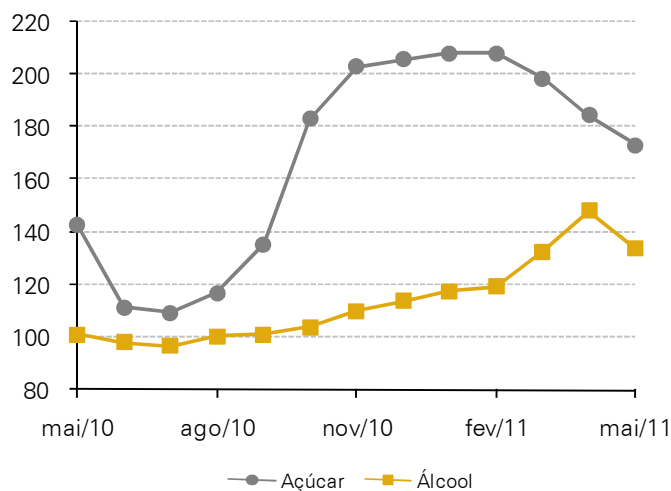
Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. Gás Natural

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em maio de 2011, foi de 66.667 mil m³, representando um aumento de 7% comparado à média verificada em maio de 2010. No acumulado do ano, esse valor foi 15% superior ao apresentado no mesmo período de 2010.

A importação de gás natural realizada pelo País em maio de 2011 foi de 25.340 mil m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 65.569 mil m³/dia. Este montante é 9% superior ao observado em maio de 2010. No acumulado do ano, a oferta total de gás natural foi 15% superior quando comparada ao mesmo período do ano anterior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 40% em maio de 2011. Em maio de 2010, essa proporção havia sido de 48%.

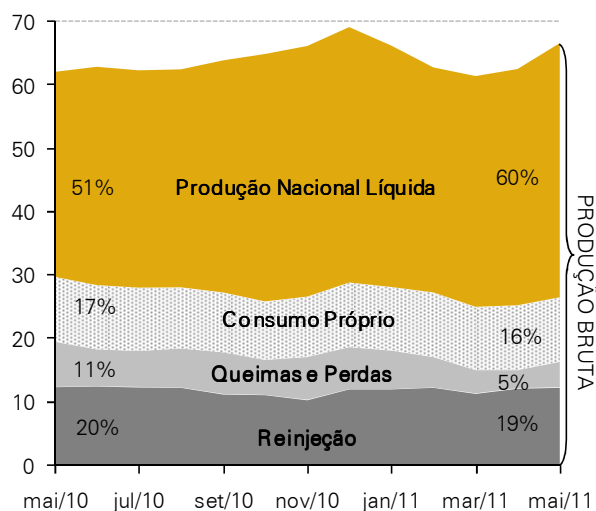
Balanco do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em mai/2010	Média do período jan-mai/2010	Média em mai/2011	Média do período jan-mai/2011
Produção Nacional¹	62.093	60.373	66.667	63.944
- Reinação	12.352	12.365	12.284	11.996
- Queimas e Perdas	7.126	7.326	4.001	4.284
- Consumo Próprio	10.203	9.747	10.153	10.077
= Produção Nac. Líquida	32.414	30.935	40.229	37.587
+ Importação	27.897	25.193	25.340	26.985
= Oferta	60.311	56.129	65.569	64.572

¹Não inclui Gás Natural Liquefeito.

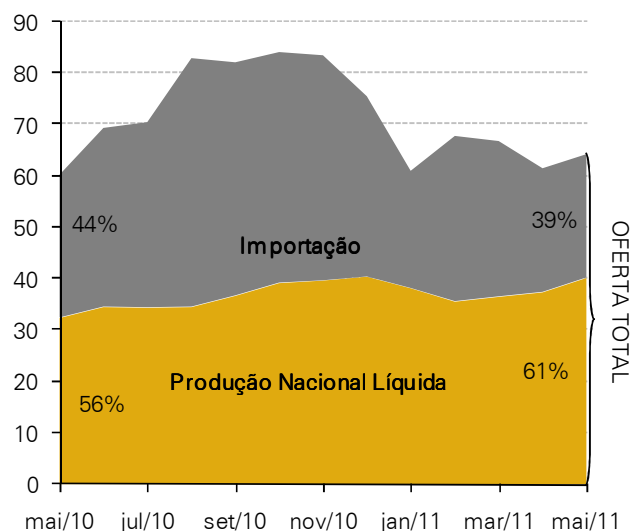
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás no País em maio de 2011 foi, em média, de 47,4 milhões de m³/dia. Essa média é 18% superior ao volume médio diário consumido em maio de 2010. No acumulado do ano, o consumo nacional foi 12% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

O setor industrial, em maio de 2011, consumiu 29,7 milhões de m³/dia de gás natural, o que representa um aumento de 14% em relação ao mesmo mês do ano anterior. A indústria foi responsável por 63% do volume total de gás consumido em maio de 2011.

No acumulado do ano, o consumo médio diário da indústria foi 14% superior em relação ao mesmo período de 2010.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	mai/11	jan-mai/2011	mai-2011/ mai-2010	Acumulado do ano
Industrial	29.659	28.512	16	14
Automotivo	5.432	5.299	-3	-5
Residencial	861	728	3	8
Comercial	663	644	5	8
Geração Elétrica	6.890	6.094	-17	24
Co-geração*	2.935	3.131	8	16
Outros	983	835	81	3
Total	47.422	45.243	7	12

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

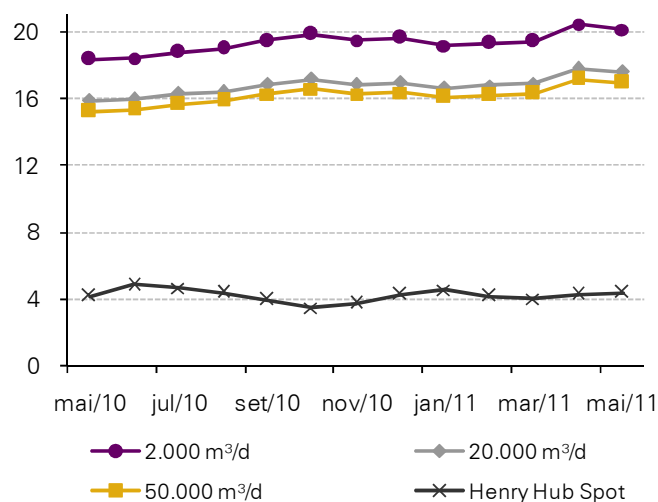
Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

4.3. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em maio de 2011, foi de US\$ 18,21/MMBtu, valor 11% superior ao apresentado em maio de 2010 (US\$ 16,47/MMBtu). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em maio de 2011, o preço médio ponderado do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 4,31/MMBtu, valor 4% superior ao apresentado em maio de 2010 (US\$ 4,14/MMBtu). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega no dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBtu)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

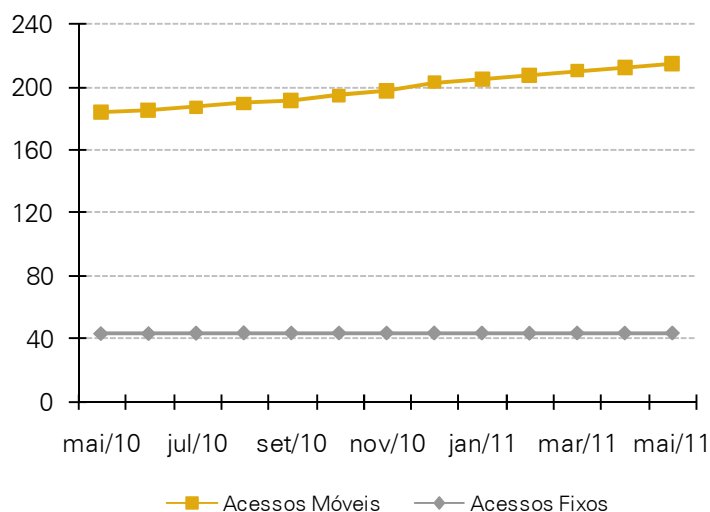
5. Telecomunicações

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em maio de 2011, o número de acessos móveis em operação foi de 215 milhões, montante 17% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos tem sido de aproximadamente 1,4% ao mês.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em maio de 2011, o número de acessos fixos foi de 44,1 milhões, montante 1% superior ao averiguado em maio de 2010.

Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

6. Transportes

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em abril de 2011, a movimentação de granel sólido nos portos selecionados (Santos/SP, Paranaguá/PR, Vila do Conde/PA, Itaqui/MA, S. Francisco do Sul/SC, Rio Grande/RS, Aratu/BA, Suape/PE) teve aumento de 6%, enquanto a movimentação de granel líquido foi 2% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Até abril de 2011, a movimentação de granel sólido aumentou 5% em relação ao mesmo período do ano anterior e a movimentação de granel líquido apresentou queda de 4%.

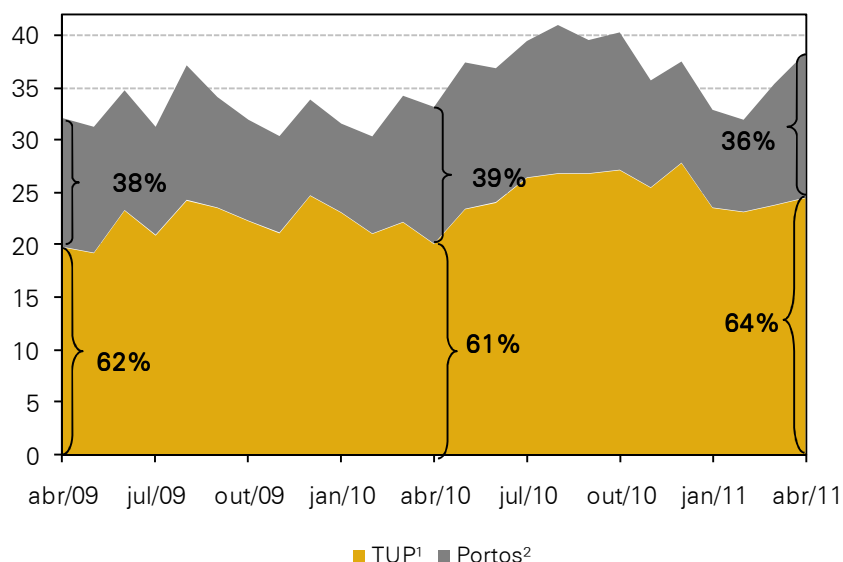
A movimentação total de cargas nos portos selecionados, em abril de 2011, foi 6% superior em comparação com o mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, até abril, a movimentação total foi 1% superior ao observado no mesmo período de 2010.

Movimentação em Portos Selecionados - por Natureza

	Granel sólido	abr-2011 /	Granel líquido	abr-2011 /	Contêiner	abr-2011 /
	abr-2011	abr-2010	abr-2011	abr-2010	abr-2011	abr-2010
	(mil t)	(%)	(mil t)	(%)	(TEU)	(%)
Santos (SP)	3.724	8	1.044	13	235.172	26
Paranaguá (PR)	2.802	16	172	-20	51.963	40
Rio Grande (RS)	1.080	2	252	-2	51.804	13
Vila do Conde (PA)	994	-8	163	-25	3.486	39
Itaqui (MA)	587	26	817	10	0	-
São Francisco do Sul (SC)	555	-13	16	0	14.077	64
Aratu (BA)	125	7	15	-17	0	-
Suape (PE)	0	-100	341	9	31.876	30
Total	9.867	6	3.112	2	388.378	27

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

Movimentação Total de Cargas Terminais de Uso Privativo e Portos Selecionados (milhões t)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

¹ Ponta de Madeira/MA, Tubarão/ES, Almirante Barroso/SP, Porto de Trombetas/PA, Manaus/AM, Madre de Deus/BA

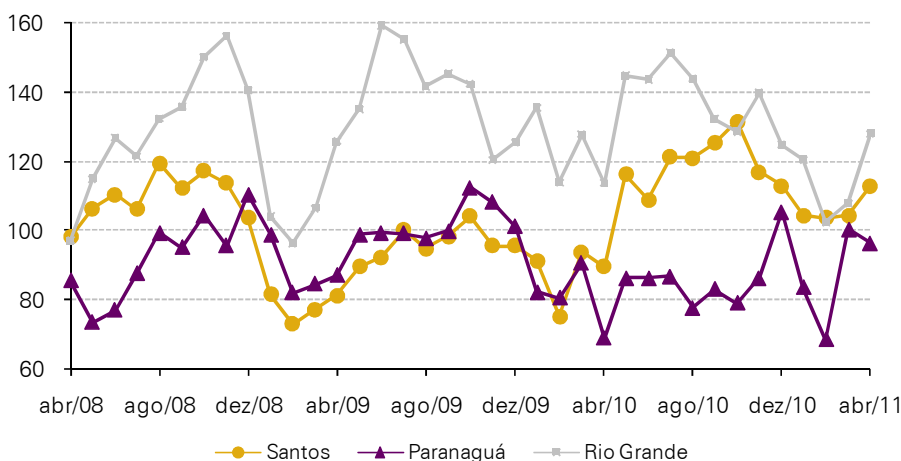
² Santos/SP, Paranaguá/PR, Vila do Conde/PA, Rio Grande/RS, Itaqui/MA, Suape/PE, São Francisco do Sul/SC, Aratu/BA,

Em abril de 2011, os terminais de uso privativo (TUPs) representaram 64% da movimentação total dos portos e terminais selecionados. A movimentação total nos TUPs foi de 24.518 mil toneladas, volume 22% superior a abril de 2010.

Cerca de 73% da movimentação dos TUPs refere-se a granéis sólidos. Os terminais de Tubarão e Ponta da Madeira foram responsáveis, em abril, por 31% e 36%, respectivamente, da movimentação total dos TUPs selecionados.

Em abril de 2011, a quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados do País (com exceção dos portos de Belém/PA, Itaguaí/RJ e do Rio de Janeiro/RJ) foi de 471.762 TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), montante 26% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior.

Movimentação de Contêineres (jan/08 = base 100)



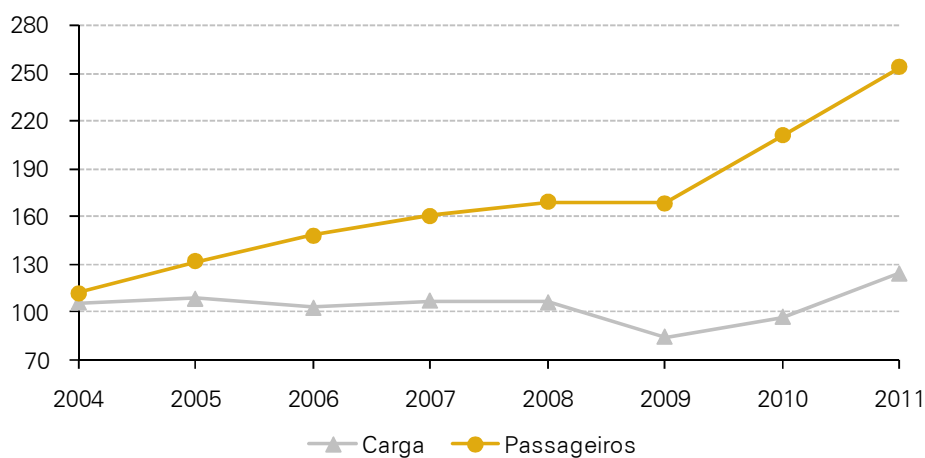
Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

Em abril de 2011, o porto de Paranaguá e o porto de Santos apresentaram aumento de 40% e 26% respectivamente na movimentação de contêineres em relação a abril de 2010. O porto de Rio Grande, em abril de 2011, apresentou aumento de 13% na movimentação de contêiner em relação a abril de 2010.

6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

Em 2011, no período de janeiro a maio, a movimentação de passageiros nos aeroportos da Infraero foi 20% superior à ocorrida no mesmo período de 2010. Observa-se um crescimento contínuo da movimentação dos passageiros.

Movimentação de Cargas e Passageiros - janeiro a maio de cada ano* (Ano base: 2003 = 100)

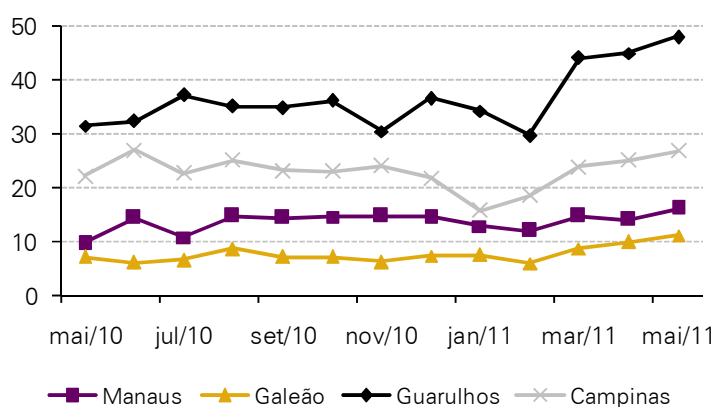


Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.

* Movimentação de cargas para os aeroportos gerenciados pela Infraero excluindo o aeroporto de Campinas (66 aeroportos).

Em maio de 2011, a movimentação de carga aérea total no País foi de 148 mil toneladas, número 48% superior ao mesmo mês do ano anterior. O aeroporto de Guarulhos representou 32% do total movimentado e teve um aumento de 52% em comparação a maio de 2010. O aeroporto de Campinas, que movimentou 18% do total, teve um crescimento de 20% na comparação com maio de 2010.

Carga Aérea nos Principais Aeroportos¹ (mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.

¹ Aeroportos gerenciados pela Infraero (67 aeroportos).

Em maio de 2011, 14 milhões de passageiros transitaram pelos aeroportos da Infraero, volume 25% superior ao observado em maio de 2010. No acumulado do ano, a movimentação total de passageiros nos aeroportos gerenciados pela Infraero foi de 72.195, número 20% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

Movimentação Mensal e Acumulada de Passageiros nos Aeroportos*

Ano	Jan-Mai (mil)	Variação (%)	Maio (mil)	Variação (%)
2003	28.514	-	5.481	-
2004	32.083	13	6.649	21
2005	37.581	17	7.689	16
2006	42.316	13	8.630	12
2007	45.875	8	9.347	8
2008	48.160	5	10.225	9
2009	48.116	0	9.729	-5
2010	60.087	25	11.520	18
2011	72.195	20	14.397	25

Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.

* Aeroportos gerenciados pela Infraero (67 aeroportos).

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, de janeiro a maio de 2011, foi de 173 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 4% superior ao mesmo período de 2010. Nesse período, o minério de ferro foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (7%), seguida pela produção agrícola (5%). O minério de ferro correspondeu a 76% do total movimentado (132.439 milhões de TUs) no acumulado de janeiro a maio de 2011.

Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Jan-Mai

Ano	2010	2011	Variação
Mercadoria	Jan-Maio (mil TU)	Jan-Maio (mil TU)	acum-11/ acum-10
Minério de Ferro	123.346	132.439	7%
Soja e Farelo de Soja	11.322	9.400	-17%
Indústria Siderúrgica	7.148	6.952	-3%
Carvão/Coque	4.798	4.946	3%
Grãos Minerais	4.249	4.045	-5%
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	3.988	3.498	-12%
Produção Agrícola (exceto soja)	4.008	4.191	5%
Indústria Cimenteira e Construção Civil	2.025	2.043	1%
Azubos e Fertilizantes	1.855	1.779	-4%
Extração Vegetal e Celulose	1.613	1.624	1%
Cimento	1.403	1.151	-18%
Contêiner	1.083	912	-16%
Carga Geral - Não Containerizada	60	43	-29%
Total	166.898	173.021	4%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em maio de 2011, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 60 milhões de toneladas, montante 9% superior ao averiguado em maio do ano anterior. O modo marítimo continua apresentando a maior participação nas movimentações, com 94%.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação %	
	mai/2011	jan-mai/2011	mai-2011/ mai-2010	Acumulado do ano
Marítimo	56.235	248.016	9	5
Fluvial	1.680	6.940	42	26
Aéreo	166	636	59	18
Ferrovário	56	257	-23	-30
Rodoviário	943	4.246	1	-4
Outros*	678	3.654	10	14
Total	59.758	263.750	9	6

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. Investimentos Privados em Infraestrutura

7.1. Desembolsos do BNDES

Em abril de 2011, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 3,3 bilhões, valor 12% inferior ao valor aportado em abril de 2010.

Desembolso mensal BNDES

Setor	abr/10 R\$ milhão	jan-abr/2010 R\$ milhão	abr/11 R\$ milhão	Participação %	jan-abr/2011 R\$ milhão	acum-11/acum-10 %
Refino e Álcool	311	777	220	7	859	11
Energia Elétrica e Gás Natural	688	3.198	543	16	2.732	-15
Saneamento	313	593	212	6	443	-25
Telecomunicações	171	287	16	0	139	-52
Transporte	2.314	8.552	2.358	70	9.170	7
<i>Aéreo</i>	33	124	18	-	179	44
<i>Aquaviário</i>	41	148	76	-	456	209
<i>Terrestre</i>	2.241	8.279	2.263	-	8.535	3
Total Infraestrutura	3.798	13.407	3.349	100	13.343	0

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2011 foi de, aproximadamente, R\$ 1,97 trilhão. Deste valor, aproximadamente R\$ 65 bilhões correspondem à alínea "investimentos", o que representa 3% do orçamento total de 2011 ou 1,8% do PIB de 2010, que totalizou R\$ 3,675 trilhões.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto e em relação ao orçamento total (R\$ 17,1 bilhões, ou 26% do orçamento de investimentos).

Do orçamento de investimentos da União para 2011, foram empenhados, até o dia 28 de julho, R\$ 18,4 bilhões (28% do autorizado). O montante liquidado foi de R\$ 4,6 bilhões (7% do autorizado). O pagamento realizado foi no valor de R\$ 4,3 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 20,9 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 17,1 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2011, R\$ 7,5 bilhões foram empenhados (44% do orçamento), R\$ 1,57 bilhão foram liquidados e R\$ 1,4 bilhão foram pagos até o dia 28 de julho. Os restos a pagar pagos somam R\$ 5,3 bilhões, o que resulta em um pagamento total de aproximadamente R\$ 6,7 bilhões.

Cerca de 77% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 13,1 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,6 bilhões, ou 15%) e hidroviário (apenas R\$ 471 milhões).

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2011, cerca de R\$ 1,1 bilhão em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 8,6 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 9,5 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 48,3 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2011.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 53% foram pagos até 28 de julho (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 31% do total de restos a pagar inscritos.

9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2011, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 40,2 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 43% no Ministério das Cidades (R\$ 17,1 bilhões) e 38% no Ministério dos Transportes (R\$ 15,4 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou 28% do orçamento autorizado e liquidou 6%, até 28 de julho. O pagamento realizado foi de R\$ 2,2 bilhão e os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 11,3 bilhões, totalizando R\$ 13,5 bilhões pagos. Restam R\$ 21,6 bilhões em restos a pagar a pagar nos projetos do PAC Orçamentário.

10. Execução do Orçamento das Estatais (MPOG) (Tabela V)

Em 2011, as empresas estatais e agências de fomento apresentam dotação autorizada para investimentos no valor de R\$ 108 bilhões. Foram executados, até o terceiro bimestre, investimentos no valor de R\$ 34,5 bilhões, equivalentes a 32% da dotação autorizada para 2011. Esse valor foi 9% inferior ao desembolsado em 2010, no mesmo período.

Em relação às estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, a dotação de investimentos para 2011 soma R\$ 99,5 bilhões. As despesas realizadas até o terceiro bimestre foram de cerca de R\$ 33 bilhões, o que representa 96% do total executado no período.

Entre as empresas estatais, o Grupo Petrobras concentra 84% da dotação autorizada para as estatais em 2011 e respondeu por 90% da despesa realizada até o terceiro bimestre do ano, num total de R\$ 31 bilhões (execução de 34% de sua dotação).

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2011 Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período – atualizados até 28/07/2011*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.104	119	11	11	1	11	1	378	388	694
MAPA	1.212	57	5	20	2	2	0	420	421	891
MCT	1.185	315	27	158	13	114	10	322	436	633
MDIC	0	0	-	2	-	2	-	12	14	68
MME	189	11	6	2	1	2	1	26	28	12
M. Transportes	17.135	7.537	44	1.568	9	1.397	8	5.298	6.695	4.721
M. Comunicações	123	6	5	0	0	0	0	12	12	37
MMA	176	12	7	6	3	5	3	24	29	14
MDA	1.048	40	4	11	1	11	1	242	254	560
M. Defesa	6.778	3.255	48	974	14	949	14	2.081	3.030	1.618
M. Int. Nacional	4.925	878	18	443	9	432	9	1.022	1.453	4.833
M. das Cidades	7.616	1.415	19	201	3	201	3	1.506	1.707	8.348
Outros**	23.210	4.712	20	1.188	5	1.134	5	5.337	6.471	14.278
Total	64.702	18.357	28	4.584	7	4.260	7	16.679	20.940	36.706

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2011 Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período – atualizados até 28/07/2011*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferrovário	2.591	1.729	67	312	12	294	11	480	774	771
Hidroviário	471	26	6	4	1	4	1	101	105	249
Portuário	14	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Rodoviário	13.120	5.683	43	1.242	9	1.091	8	4.651	5.742	3.433
Outros	940	99	10	10	1	8	1	66	74	266
Total	17.135	7.537	44	1.568	9	1.397	8	5.298	6.695	4.721

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2011

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período – atualizados até 28/07/2011* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	1.136	(1)	1.091	44
União	8.632	(391)	3.390	4.851

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período – atualizados até 28/07/2011* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	9.463	(579)	4.207	4.677
União	48.281	(3.136)	13.289	31.856

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2011 PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período – atualizados até 28/07/2011*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	944	129	14	37	4	37	4	322	359	511
M. Planejamento	3	0	-	0	-	0	-	0	0	0
MAPA	0	0	-	0	-	0	-	0	0	0
MCT	0	0	-	0	-	0	-	16	16	0
M. Fazenda	80	0	0	0	0	0	0	0	0	750
MEC	1.371	1.167	85	120	9	116	8	26	142	24
MME	350	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M. Justiça	354	99	28	35	10	34	10	99	133	111
M. Saúde	1.606	349	22	35	2	35	2	294	329	2.597
M. Transportes	15.381	7.640	50	1.694	11	1.524	10	5.152	6.676	4.528
M. Cultura	220	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MMA	0	0	-	0	-	0	-	12	12	6
MDA	292	0	0	0	0	0	0	1	1	2
M. Defesa	0	63	-	15	-	14	-	173	187	245
M. Integr. Nacional	2.462	489	20	258	10	247	10	786	1.033	2.424
M. Cidades	17.147	1.437	8	216	1	216	1	4.435	4.651	10.387
Total	40.209	11.373	28	2.410	6	2.222	6	11.317	13.540	21.583

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela V - Orçamento de Investimentos – 2011 Estatais e Agências de Fomento

R\$ milhão

Por órgão: Ministérios	Dotação	Despesa realizada Até 3º bim.
Minas e Energia	99.503	33.154
Comunicações	1.052	95
Transportes ¹	0	0
Defesa	1	0
Outros	7.486	1.279
Total	108.042	34.529

¹Refere-se, apenas, à Cia Docas do Maranhão - CODOMAR

Por Subfunção	Dotação	Despesa realizada Até 3º bim.
Produção Industrial	2.410	1.253
Mineração	2	3
Energia Elétrica	8.657	2.214
Combustíveis Minerais	77.454	26.203
Transporte Aéreo	2.114	245
Transporte Hidroviário	2.953	275
Transportes Especiais	6.371	2.424

Por Função	Dotação	Despesa realizada Até 3º bim.
Indústria	2.450	1.268
Comunicações	1.033	93
Energia	96.942	31.936
Transporte	3.643	407

Fonte: Portaria n.º 20/2011 do MPOG.

Por Unidade	Dotação	Despesa realizada Até 3º bim.
Grupo Eletrobrás	8.225	2.117
Grupo Petrobras	91.278	31.037
Cias DOCAS ²	937	103
Infraero	2.216	262

²Despesas alocadas na Presidência da República.

Documento elaborado com dados disponíveis até 01 de agosto de 2011.